REGIMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

OBJETO: Acompanhar as implicações administrativas e reflexos da transferência do Município de Limoeiro do Ajuru da Região de Integração do Tocantins para a Região do Marajó.

1. DOS FUNDAMENTOS

Este regimento atende aos dispositivos legais e normativos, com base nas seguintes normas:

- Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), Art. 27, parágrafo único, inciso IV, que estabelece a oitiva da sociedade como forma de definir as linhas de atuação do Ministério Público;
- Lei Complementar Estadual nº 057/2006, Art. 55, parágrafo único, inciso IV, que trata do exercício das atribuições do Ministério Público, incluindo a promoção de audiências públicas;
- Resolução nº 82/CNMP, de 20 de fevereiro de 2012, que regula as audiências públicas no Ministério Público;
- Resolução nº 12/2024-CPJ, de 03 de outubro de 2024, que dispõe, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, sobre a instauração e tramitação dos procedimentos extrajudiciais cíveis nos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o termo de ajustamento de conduta, a recomendação, o acordo de não persecução cível, o acordo de leniência, e dá outras providências.

2. OBJETIVOS

Objetivo Específico: Obter contribuições da sociedade de Limoeiro do Ajuru sobre os impactos administrativos e de políticas públicas decorrentes da transferência do município para a Região do Marajó Ocidental. A audiência busca fomentar o diálogo para garantir a continuidade dos serviços públicos e o alinhamento com as novas diretrizes regionais.

3. DOS PROMOVENTES E PARTICIPANTES

A audiência pública será promovida pelo Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça de Limoeiro do Ajuru, conforme edital publicado na Imprensa Oficial do Estado. Serão convidados a participar o público em geral, representantes da sociedade civil, instituições públicas, e entidades privadas por meio da divulgação nos meios de comunicação locais.

4. DA PUBLICIDADE

A audiência pública será amplamente divulgada por meio de avisos no quadro de anúncios do Ministério Público, no Diário Oficial e demais veículos de comunicação, sendo realizada em local acessível ao público.

5. DA COMPOSIÇÃO DA MESA E DO PROCEDIMENTO

- A audiência será presidida pelo Promotor de Justiça Dr. Jorge Augusto Paiva da Cunha ou por um representante designado;
- A mesa poderá ser composta por representantes de instituições governamentais e entidades civis envolvidas no tema, a critério do presidente da audiência;
- A audiência será aberta com a exposição dos objetivos e das normas de condução dos trabalhos;
- Qualquer pessoa presente poderá inscrever-se para manifestação oral no dia do evento, no período de 30 (trinta) minutos anterior a abertura, e até 30 (trinta) minutos após o início dos trabalhos. O presidente poderá estender este prazo conforme necessário;
- Cada participante terá até 5 (cinco) minutos para se pronunciar;
- A sessão será encerrada com a síntese dos encaminhamentos, conforme disposições finais deste regimento.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- As manifestações apresentadas durante a audiência serão consultivas e terão por objetivo subsidiar a atuação da Promotoria de Justiça de Limoeiro do Ajuru;
- Será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, com lista de presença e anexação de eventuais documentos apresentados;
- Poderão ser enviados documentos e outros registros até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da audiência;
- Em até 30 (trinta) dias úteis após o término do prazo anterior, será elaborado um relatório geral dos trabalhos, disponível ao público e encaminhado às autoridades competentes;
- Havendo necessidade, o presidente poderá adaptar a metodologia da audiência para garantir a conclusão dos trabalhos.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Limoeiro do Ajuru, 12 de novembro de 2024.

JORGE AUGUSTO PAIVA DA CUNHA

Promotor de Justiça
Titular da PJ de Limoeiro do Ajuru